

2- O Desenvolvimento Típico e o Desenvolvimento da Criança Autista

As interações sociais são primordiais para o desenvolvimento humano e já se encontram nas primeiras relações mãe-bebê. Entretanto, existem casos em que estas interações acontecem de modo diverso, fazendo com que as crianças apresentem diferenças em seu desenvolvimento, que, quando não identificadas e trabalhadas, podem trazer sérios prejuízos a elas.

Este parece ser o caso do desenvolvimento da criança que apresenta o transtorno autista. Porém, conhecer o seu desenvolvimento pode ser a garantia de que seja possível oferecer ajuda a esta criança. Deste modo, compreender como ocorre o desenvolvimento típico e analisar de que maneira o curso do desenvolvimento difere no autismo infantil, pode ser uma tentativa para que se fomentem tratamentos que atuem especificamente sobre estas diferenças. Para tal, é necessário fazer um contraponto entre os dois tipos de desenvolvimento, conforme será feito a seguir.

O Desenvolvimento Típico

A importância das interações sociais

A seqüência do desenvolvimento humano, embora sofra influências inatas que apontam como será desencadeada, não pode ser analisada sem se considerar também as influências sociais que a fundamenta. Afinal de contas, o homem é um ser social e foi a sua capacidade de viver e caçar em grupo que permitiu que sobrevivesse em meio aos outros animais, bem mais fortes e ágeis que ele (Morris, 1990). Assim, o seu desenvolvimento só foi possível devido à evolução de mecanismos da vida em sociedade, que foram se tornando cada vez mais complexos, graças às interações sociais entre os seus indivíduos (Elias, 1994).

Para Tomasello (1998), como o homem é sobretudo fruto do social, ele apresenta uma longa imaturidade devido à necessidade de se desenvolver através de um outro ser que interaja com ele. Por isso, nenhuma espécie animal apresenta filhotes tão dependentes de seus cuidadores, durante um período tão extenso de suas vidas. Foi isto que permitiu que o homem alcançasse a sua evolução, através

do aprendizado de uma herança cultural cumulativa, que só pode ser transmitida a partir das interações sociais.

Estas trocas sociais recíprocas, que transmitem conhecimento, linguagem e cultura, passadas de geração a geração, de pais para filhos, ocorrem cedo na vida das crianças, possibilitando, pois, todo o desenvolvimento do ser humano e sua distinção em relação aos outros animais.

Desde a gestação, o homem já interage com o meio em que vive. Klaus & Klaus (1989) analisaram experiências com fetos e averiguaram que ainda no útero, eles já começam a desenvolver seus sentidos (visão, audição, paladar e toque) interagindo com as substâncias vindas do corpo de sua mãe e até mesmo com estímulos vindos do meio exterior. Segundo estes autores, os fetos já são capazes de perceber luz e som vindos de fora e registrar sensações, além de serem capazes de responder ao estado emocional de sua mãe, o que os prepara para suas vidas após o nascimento.

Já ao nascer, o bebê humano apresenta comportamentos que lhe permite agir, procurar e estabelecer interações com o seu ambiente, visto que é programado biologicamente para a busca de interação com os seus cuidadores, que é o que garante a sua sobrevivência e desenvolvimento. Afinal, como ele não está com os seus sentidos plenamente formados, não consegue andar, falar, não se protege contra o frio e nem é capaz de saciar sua fome sozinho, precisando que uma outra pessoa satisfaça suas necessidades.

Exemplos são encontrados no trabalho de Brazelton & Cramer (1992). Recém-nascidos preferem olhar para formas que lembram o formato da face humana em detrimento de outras formas. A partir dos 6 dias de vida, eles também são capazes de distinguir o cheiro do leite de sua mãe do de outras mulheres. Além disso, preferem sons de vozes a qualquer outro, vozes femininas a masculinas e distinguem a voz de sua mãe da de outras vozes femininas.

Devido a isto, Coll, Palácios & Marchesi (1995) afirmam que o recém-nascido nasce pré-orientado socialmente, principalmente em relação à sua mãe, que além de interagir com ele desde que o carrega no ventre, é, geralmente, sua principal cuidadora e a primeira influência social que o recém-nascido recebe. Não é à toa que seja para ela que inicialmente os seus sentidos se dirigem, ainda que, dependendo do tipo de relacionamento estabelecido entre ambos, isto possa ser modificado.

Greenspan (1999) defende que a sintonia nas interações mãe-bebê é tão indispensável, a ponto da evolução da mente da criança depender essencialmente das interações emocionais entre ela e a sua progenitora.

Hobson (2002) afirma que, para que estas trocas sociais sejam realmente recíprocas, o bebê precisa apresentar responsividade ou engajamento emocional. Para o autor, o fundamento do desenvolvimento humano estaria na capacidade do ser humano de se ligar afetivamente com o outro. Assim, o bebê nasce com uma capacidade inata de ser expressivo, sensível e responsivo aos outros e é isto o que permite que ele desenvolva sua comunicação inicial e se engaje nas interações sociais. Deste modo, o bebê precisa ser sensível aos sentimentos e intenções do outro, responsivo a eles e ainda expressivo em relação aos próprios afetos e intenções. Só quando ele é capaz de fazer isto, ele consegue se engajar efetivamente nas interações sociais. Hobson (2002), inclusive, defende que a responsividade emocional é um processo mais básico do que o pensamento, sendo o que permite que ele se desenvolva. Para ele, apenas quando estamos conectados emocionalmente com as outras pessoas é que podemos percebê-las diferentes dos objetos, possibilitando o compartilhamento de ações, sentimentos e até a comunicação.

Com isto, o bebê tem um papel ativo em seu próprio desenvolvimento, pois, embora nasça com estas competências, inicialmente inatas, que permitem o estabelecimento das primeiras interações entre ele e sua mãe, a partir do momento que elas ocorrem, mais ativamente o bebê busca interações com o ambiente. Por sua vez, isto gera um aumento das interações do meio com este bebê. Este ciclo cada vez mais intenso de interações permite o aperfeiçoamento destas competências, possibilitando o seu desenvolvimento.

Este é o ponto de vista defendido pela abordagem desenvolvimentista, que acredita que, embora o bebê nasça com certas características inatas, são as interações sociais que o bebê estabelece com o seu meio que irão construir o seu desenvolvimento. É isto que marca, pois, a singularidade do ser humano e permite que muitas possibilidades sejam oferecidas a ele.

O desenvolvimento da comunicação inicial

As primeiras formas de interações humanas se desenvolvem na díade mãe-bebê, naquilo que é chamado por Trevarthen, Aitken, Papoudi & Roberts (1998)

de intersubjetividade primária, caracterizando o período em que o bebê demonstra interesse de interagir fundamentalmente com a sua progenitora, através de diversos comportamentos, como, por exemplo, o uso do contato ocular, sorriso responsivo, vocalização e choro. Para estes autores, a sintonia entre ambos nestas interações é tão intensa, que faz com que as experiências do bebê afetem as experiências da mãe e vice-versa. Isto foi observado no uso do “manhês” por parte da mãe, que é um tipo de linguagem própria que ela utiliza para interagir com o seu bebê, gerando uma reação recíproca dele, que irá responder vocalizando, sorrindo ou até mesmo a imitando.

Para Stern (1992), há uma sintonização afetiva tão grande entre o bebê e a sua mãe que faz com que eles expressem estados afetivos semelhantes, através de diferentes modalidades sensoriais, como o toque, por exemplo.

Contudo, segundo Seidl de Moura, Ribas, Seabra, Pessôa, Ribas Jr. & Nogueira (2004), para que estas interações se caracterizem como trocas sociais efetivas, elas precisam apresentar dois elementos fundamentais, que são a reciprocidade e a comunicação, visto ser imprescindível que a interação seja tanto sustentada pelos dois quanto dependa das respostas dos comportamentos de ambos. Por causa disso, a utilização do contato ocular por parte do bebê é tão importante, já que ela é uma das formas mais precoces de interação recíproca e comunicativa.

Klinger & Dawson (1992) identificaram alguns comportamentos vitais para a efetivação destes dois elementos, presentes já no primeiro ano de vida do bebê. Dentre estes, destaca-se a capacidade do bebê em preferir dirigir sua atenção aos estímulos sociais a qualquer outro estímulo. Para as autoras, a atenção da criança é inerentemente voltada para qualquer estímulo novo e imprevisível, tal como o estímulo social, daí a preferência das crianças pelo mesmo. Isto é demonstrado por Osterling & Dawson (1994) pela capacidade do bebê em olhar para objeto seguro por outros e olhar para a face do outro.

Além disso, um importante requisito para que criança desenvolva a reciprocidade é o bebê se perceber como um agente social efetivo, ou seja, que ao agir, perceba que causa uma ação no outro e vice-versa. Este comportamento é chamado de alternância de turno e se caracteriza pelo bebê agir e aguardar a reação de seu companheiro de interação. Outro comportamento também importante para o troca-troca contido nas interações é a criança apresentar

comportamento antecipatório, isto é, apresentar um comportamento que antecipe a reação de seu companheiro de interação, visto que ela já sabe como o outro irá reagir e se antecipa a ele.

Por último, também é imprescindível que a criança tanto perceba os jogos de imitação por parte dos adultos quanto passe a participar de jogos imitativos. Isto porque as imitações mostram a verdadeira reciprocidade entre os comportamentos de ambos. Para Klinger & Dawson (1992), a imitação é fundamental para que a criança se engaje nas trocas sociais, percebendo que os outros têm estados mentais que podem ser conhecidos por ela. Por isso, é importante que a criança apresente interações contingentes, ou seja, que em um jogo de imitação com seus companheiros de interações, a criança preste atenção não apenas nas imitações diretas de suas ações por parte de seus companheiros, mas também naquelas indiretas, ou seja, que mesmo que não sejam imitações exatas do que ela está fazendo, consigam dirigir a sua atenção para as ações do adulto. Isto é imprescindível para que criança preste atenção às ações das pessoas, independentemente de quão diversas elas sejam. Afinal, para que possa haver comunicação é fundamental que existam, pelo menos, duas pessoas que queiram compartilhar algo, tendo que prestar, para isso, atenções mútuas.

Estes comportamentos não-verbais que aparecem cedo no desenvolvimento típico do bebê fazem parte de sua comunicação inicial. Eles também são chamados de precursores socioemocionais da linguagem, visto que estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da fala, que aparece um pouco mais tarde no desenvolvimento da criança. Para Fouts (1998), o bebê humano inicialmente se comunica por meio de expressões faciais e gestos simples com as mãos até que comece a formar seus primeiros sinais aprendidos, culminando com o aparecimento de suas primeiras palavras. Porém, ele defende que, sem estes comportamentos pré-verbais, o humano não seria capaz de falar. Contudo, a fala não é o único processo dependente da comunicação inicial, mas sim todo o desenvolvimento da criança. Afinal de contas, são estes comportamentos que permitem que a sua mãe se sintonize e interaja com ele, significando e direcionando suas ações, ensinando-lhe as crenças e normas de seu meio social.

Raciocínio semelhante é encontrado em Tomasello (2003), que acredita que a base para o desenvolvimento humano se encontra em uma característica exclusiva da espécie, que diferencia os seres humanos dos outros animais. Esta

característica é a capacidade do ser humano de perceber os outros homens como agentes intencionais iguais a si próprio, ou seja, que apresenta estados mentais e intencionais iguais aos dele. E isto é que permite que o homem aprenda através das trocas sociais com os outros, possibilitando que desenvolva sua comunicação não-verbal, a linguagem e todas as outras habilidades cognitivas.

A atenção compartilhada

Tomasello (2003) defende que a evolução humana só foi possível porque não ocorreu apenas pela evolução orgânica, mas sobretudo devido à capacidade de transmissão cultural do homem. Mas, para ele, um ser humano só consegue participar das convenções sociais de onde vive quando compreende que todos os outros seres são semelhantes a ele, isto é, que todos têm intenções, sentimentos e objetivos.

Assim, para Tomasello (2003), somente quando o indivíduo se identifica com o outro, ele pode aprender através dele. Ou seja, ao compreender a intenção do outro e para que fim este age de determinada maneira, ele pode aprender e utilizar os conhecimentos vindos dele. Tal característica, tipicamente humana, permite que, ao compreender os outros como agentes mentais/intencionais iguais a si próprios, o homem consiga separar os meios e os fins de uma ação, possibilitando que, ao entender porque alguém faz algo, o indivíduo pode chegar ao mesmo objetivo de formas diversas. Isto não ocorre nas outras espécies animais que, embora possam apresentar muitas formas de aprendizagem, não conseguem separar os meios e os fins de uma ação. E segundo Tomasello (2003) este atributo permitiu o desenvolvimento da fala, uso dos símbolos e a transmissão de conhecimentos entre as diversas gerações.

Seguindo o pensamento de Tomasello (2003), esta capacidade de perceber o outro como um ser mental e intencional igual a si próprio aparece cedo no desenvolvimento infantil, quando bebês a partir de nove meses começam a dividir seu interesse por um objeto com um adulto ou dividem o interesse do adulto por um objeto. Tomasello (2003) chama este comportamento de atenção compartilhada. Ela faz parte dos precursores da linguagem, isto é, das formas de comunicação não-verbal que antecedem a fala, sendo uma das responsáveis para que ela se desenvolva.

Ainda de acordo com o autor, dos zero aos 9 meses de idade, o bebê desenvolve sua comunicação inicial através da díade na relação mãe-bebê, sem que perceba as intenções dela. Conseqüentemente, ele se relaciona com a sua mãe sem ter a compreensão de seu estado mental.

Entretanto, com a entrada de um terceiro elemento nesta díade- um objeto- uma grande transformação ocorre, visto que as modalidades comunicativas vão aumentando. É a fase da intersubjetividade secundária (Trevarthen, Aitken, Papoudi & Robarts, 1998), caracterizada pela emergência da atenção compartilhada, que aparece entre os 9 e 18 meses de idade da criança.

Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) defendem que a atenção compartilhada é uma das formas mais precoces de aprendizagem cultural humana e quando o bebê consegue seguir e dirigir ativamente a atenção do adulto para estímulos exteriores usando deliberadamente gestos comunicativos, ele passa a considerar os adultos como referências sociais. Com isto, pode interagir com os objetos do mesmo modo que os adultos interagem, passando a aprender as convenções sociais de seu meio cultural. Isto permite o aprendizado do uso de instrumentos, aprendizado da herança cultural, o uso dos símbolos e, conseqüentemente, o aprendizado da linguagem.

Todavia, a atenção compartilhada é caracterizada por um complexo de habilidades sociais e de interações que possibilitam a criança compartilhar, seguir e dirigir a atenção de um adulto para algum objeto ou situação. Devido a isto, Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) dividem-na em três categorias: na primeira, destaca-se o engajamento compartilhado, que ocorre quando a criança e adulto trocam olhares entre si e o objeto de interesse e surge aos 9 meses de idade. Para Carpenter, Nagell & Tomasello (1998), o engajamento compartilhado parece refletir um profundo entendimento que o bebê possui de que os outros são seres intencionais como ele.

A segunda categoria é denominada de *seguir a atenção e comportamento*, e caracteriza-se por ser aqueles comportamentos onde a criança segue a atenção do adulto ou imita suas ações sobre um objeto. Esta categoria aparece aos 12,5 meses de idade e também é dividida em alguns comportamentos, que, de acordo com Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) aparecem cronologicamente da seguinte forma: o seguir o apontar aparece aos 12 meses e ocorre quando a criança olha para o local que o dedo do adulto aponta. Em seguida, aos 12,3 meses de idade, a

criança desenvolve a imitação de ação instrumental, onde ela imita o comportamento do adulto, reproduzindo os meios por ele utilizado para atingir determinado fim. Depois, aos 12,9 meses, criança desenvolve a imitação de ação arbitrária, que ocorre quando ela imita os movimentos corporais de um adulto. Por último, aos 13 meses, a criança desenvolve o seguir o olhar, que ocorre quando ela olha para o mesmo local que adulto.

Já a terceira categoria é chamada de *dirigir a atenção e comportamento*, aparecendo aos 12,7 meses de idade. De acordo com Carpenter, Nagell & Tomasello (1998), os bebês não apenas demonstram seu entendimento de que o adulto também é um agente intencional seguindo sua atenção e comportamento, mas também direcionando-os.

Existem duas formas de se direcionar o comportamento do adulto. Tanto através de comportamentos onde a criança direciona a atenção dele apenas para compartilhar seu interesse por algum objeto, denominados gestos declarativos, quanto através de comportamentos que surgem para que a criança direcione a atenção do adulto para obter dele ajuda para realizar algum objetivo. Estes são chamados de gestos imperativos.

Os gestos declarativos, como um todo, aparecem no desenvolvimento infantil, aos 10,3 meses de idade e se dividem em: mostrar declarativo, que aparece aos 10,7 meses de idade e é definido pela capacidade da criança mostrar algum objeto de seu interesse para o adulto, alternando seu olhar entre o objeto e a face do adulto; o apontar declarativo, que aparece aos 12,6 meses de idade da criança e ocorre quando a criança aponta para algo de seu interesse, alternando o olhar entre o objeto e a face do adulto; e o dar declarativo, que aparece aos 13 meses e ocorre quando a criança entrega um objeto de interesse para o adulto, alternando o olhar entre o objeto e a face do adulto, vocalizando.

De acordo com Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) os gestos imperativos são dois e aparecem na seguinte ordem cronológica no desenvolvimento. O primeiro é o dar imperativo, que aparece aos 13,4 meses e ocorre quando criança dá um objeto para o adulto para que ele faça algo que a criança não consegue fazer. Para isto, criança deve alternar o olhar entre o objeto e a face do adulto, vocalizando. O segundo é o apontar imperativo, que aparece aos 14 meses e ocorre quando criança aponta para pedir algo de seu interesse, alternando o olhar entre o objeto e a face do adulto, vocalizando.

Ainda que haja discordância entre a idade da emergência destas categorias de atenção compartilhada nas diversas pesquisas, o fato a se considerar é a importância destas categorias para o desenvolvimento infantil. Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) concluem que a quantidade de tempo que as crianças gastam com suas mães em episódios de atenção compartilhada é diretamente proporcional ao desenvolvimento das suas habilidades de comunicação lingüística. Carpenter & Tomasello (2000) reafirmam que a criança só pode aprender os símbolos lingüísticos se os perceber como parte integrante das interações sociais com os adultos, no momento em que ela consegue se identificar com eles. Lampreia (2004) considera que a comunicação é uma forma de interação social e se a criança não se comunica, ela não interage e vice-versa. E, sem interação, seu desenvolvimento fica prejudicado. Logo, em comum, todos os autores que utilizam uma ótica desenvolvimentista, acreditam que, para haver desenvolvimento, é necessário existir interação social, sendo a comunicação a forma por excelência de interação entre o bebê e sua mãe.

Além disso, é a partir da atenção compartilhada que a comunicação infantil deixa de ser pré-intencional para se tornar intencional. Afinal, a comunicação intencional ocorre quando a criança usa deliberadamente um signo específico para afetar o comportamento de uma outra pessoa. Quando a criança faz isto, ela percebe que os sinais que emite servirão para algum propósito comunicativo, já que existe um outro que, ao perceber a intenção de seus sinais, irá responder a eles.

Clark (1978) afirma que a intencionalidade do bebê é construída quando, inicialmente, os adultos atribuem certas intenções aos seus comportamentos, pois é isto que permite que futuramente ele mesmo passe a usar estes comportamentos com estas mesmas intenções, aprendidas através do comportamento dos outros. Mas, para que o bebê aprenda através do outro, ele precisa desenvolver sua atenção compartilhada.

Warren & Yoder (1998), lembram que o uso intencional da comunicação é o que permite a emergência da fala. Afirmam que o bebê, quando começa a se comunicar, apresenta, inicialmente, uma comunicação pré-intencional e somente com o aparecimento da atenção compartilhada, esta comunicação passa a ser verdadeiramente intencional.

É por isso que em todas as categorias de atenção compartilhada, Carpenter, Nagell & Tomasello (1998) frisam a importância do contato ocular, que é um dos principais comportamentos infantis que mostram um comportamento comunicativo intencional, visto que a criança direciona os sinais diretamente para uma outra pessoa, e não para o objeto em si, reconhecendo-a não simplesmente como um outro objeto físico que pode ser manipulado fisicamente, mas como um parceiro comunicativo, que pode perceber e responder aos seus sinais.

Assim, para eles, embora as crianças vão de encontro a algum objeto ou choramingam para objetos desde muito cedo, seus comportamentos só podem ser vistos como um tipo de comunicação intencional quando suas ações e choro se dirigem efetivamente para o comportamento do adulto e não para o objeto em si. E para eles, isto só pode ser averiguado através do contato ocular entre o bebê e o adulto, que comprova que aquele percebe este como um agente social. Porém, tal afirmação não é compartilhada por Crais, Douglas & Campbell (2004) que acreditam que muitos gestos comunicativos podem ocorrer sem que a criança faça contato ocular com seu parceiro de interação.

Disto decorre que, sem o desenvolvimento da atenção compartilhada, a criança não consegue perceber a outra pessoa como um agente intencional e isto acarreta muitos problemas em seu desenvolvimento. Logo, o desenvolvimento da atenção compartilhada é um importante preditor de como ocorrerá o resto do desenvolvimento da criança.

Desenvolvimento da Criança Autista

A abordagem desenvolvimentista

Ainda que a etiologia do transtorno autista não esteja definida, diferentes linhas teóricas dão explicações diversas para o surgimento destas dificuldades. Nas linhas mais psicogênicas, como as de Mahler (em Cavalcanti & Rocha, 2000), Tustin (1984) e Bethelheim (1987), o sintoma primário do transtorno está na dificuldade de interação social, causada pela recusa do indivíduo em interagir com o mundo devido às dificuldades no relacionamento com seus familiares, principalmente seus pais. Logo, as anormalidades sociais encontradas nestas crianças são uma forma de defesa de um ambiente para elas assustador. Isto ocasiona um enclausuramento em seu mundo interior, e o desenvolvimento de seus sintomas secundários.

Nas linhas mais cognitivistas, as crianças autistas apresentam um déficit cognitivo que determina toda a sintomatologia subsequente. Deste modo, devido a este déficit cognitivo, as crianças autistas não seriam capazes de compreender o significado emocional ou social dos estímulos. O maior expoente desta teoria é Baron-Cohen (2000), que afirma que as crianças autistas não seriam capazes de atribuir estados intencionais aos outros. O que significa que há uma impossibilidade para as crianças autistas de compreenderem os estados mentais das outras pessoas, ou seja, possuírem a Teoria da Mente.

De acordo com esta teoria, as crianças autistas não possuem meta-representações, que são aquelas representações relacionadas com as crenças que temos a respeito do estado mental das outras pessoas, como por exemplo, seus desejos e suas intenções. Crianças com este transtorno não seriam capazes de atribuir intenções aos atos das outras pessoas e por isso, incapazes de se relacionarem e interagirem com elas. Deste modo, seu retraimento social seria justificado por sua incapacidade em meta-representar.

Nestas abordagens, o que encontramos em comum, é apenas o fortalecimento e a ratificação das dificuldades das crianças. Isto porque, ao partirem do pressuposto do déficit, da falta, do erro, como algo já dado, pronto, para justificar todos os comportamentos subsequentes do transtorno, realçam as suas deficiências e apresentam limitações nas intervenções a que se propõem. Por isso, uma terceira abordagem, denominada desenvolvimentista aparenta dar conta destas dificuldades de forma mais satisfatória.

Segundo a perspectiva desenvolvimentista, a criança autista apresenta algum déficit inato que ocasiona falhas nos precursores socioemocionais da linguagem, acarretando prejuízos nas suas interações interpessoais. Por sua vez, estes prejuízos acarretam um desvio no desenvolvimento destas crianças, fazendo com que ele siga uma trajetória diferente do desenvolvimento típico. Nesta outra trajetória, a criança autista toma uma outra direção em seu desenvolvimento, como se tivesse se descarrilhado dos trilhos do desenvolvimento típico e passado a percorrer outros trilhos, que se dirigem a um novo rumo.

Desta forma, ao contrário das outras teorias, ainda que estas crianças nasçam com uma incapacidade inata, não será isto que determinará sua condição, já que a mesma não é algo que se define por si mesmo, mas que se constrói nas

interações sociais. Por isto, é possível dizer que o transtorno autista apresenta tanto prejuízos primários quanto secundários, que dependem exclusivamente de como lidamos com as dificuldades iniciais destas crianças.

Com isto, a visão desenvolvimentista focaliza a linha do desenvolvimento típico, procurando averiguar em que momento o desenvolvimento da criança autista sofreu alterações, para trazê-lo o mais próximo possível da sequência do primeiro. Todavia, baseando-se no fato de que, embora as crianças autistas nasçam com uma dificuldade inata para desenvolverem sua comunicação inicial e se engajarem em relações sociais, podendo causar-lhes dificuldades nas interações e, conseqüentemente, em todo o seu desenvolvimento, são também estas interações que, se analisadas detalhadamente, podem ajudar estas crianças em seu desenvolvimento. Acredita, portanto, que o contexto em que a criança está inserida é vital para que ela se desenvolva.

Baseado nisto, Hobson (2002) defende que, embora muitos cientistas procurem como etiologia do transtorno anormalidades orgânicas e que até seja possível que elas sejam encontradas, existe algo mais complexo no transtorno autista que ocasiona graves prejuízos no desenvolvimento das crianças acometidas pelo mesmo, desde o início de suas vidas. Ele chama a atenção não apenas para uma causa inata que justifique o aparecimento do quadro, mas sobretudo para o que ocorre no curso do desenvolvimento infantil que estaria prejudicado no autismo, chegando à conclusão de que a mola propulsora do desenvolvimento típico é o relacionamento entre as pessoas, o que ocorre de maneira distinta para as crianças autistas.

Assim, para ele, o prejuízo primário ou inato encontrado na criança autista é que ela não apresenta engajamento emocional e, ao não ser capaz de se conectar emocionalmente aos outros, não consegue efetivamente se engajar nas interações sociais e assim seguir o curso do desenvolvimento típico. Deste modo, a falta de conectividade afetiva com os demais, justifica os prejuízos secundários do autismo, como a falta da fala e do jogo simbólico. Afinal de contas, quando uma criança não consegue se ligar afetivamente com uma pessoa, não percebe funcionalidade em querer se comunicar com ela ou querer compartilhar com ela o uso de seus símbolos.

Adepto também desta abordagem, Greenspan (1999), ao estudar como as emoções influenciam o desenvolvimento cognitivo, propõe que, partindo das

mesmas é possível transformar a qualidade da comunicação e das interações sociais destas crianças, alterando o prognóstico convencional do transtorno. Assim, ao ajudar as crianças autistas a estabelecerem relações e posteriormente trocas afetivas com os seus cuidadores, é possível que o seu quadro se altere, permitindo que estas crianças se tornem mais comunicativas, espontâneas e sensíveis às pessoas, alavancando, conseqüentemente, todo o seu desenvolvimento.

Klinger & Dawson (1992) afirmam que as crianças autistas não conseguem se engajar em interações sociais recíprocas porque não conseguem processar informação imprevisível, que é o que capacita o ser humano a se interessar e compreender o mundo social. Isto acarreta prejuízos na compreensão básica da natureza recíproca das interações sociais e no entendimento de que os outros têm focos de atenção e estados emocionais diferentes. Portanto, elas não desenvolvem suas habilidades pré-linguísticas, responsáveis por todo o desenvolvimento humano. E ao não conseguirem desenvolver sua comunicação inicial que é a base das trocas sociais recíprocas, as quais a linguagem seria um de seus ápices, elas não conseguem se desenvolver tipicamente.

Sob esta ótica, o transtorno autista é considerado essencialmente um distúrbio na área sócio-emocional, visto que o prejuízo principal do transtorno se encontra na falta de engajamento nas interações sociais recíprocas, ocasionada pelos prejuízos da comunicação inicial e conectividade emocional. Daí as dificuldades destas crianças em desenvolverem o uso funcional da fala, compreensão e produção de comportamentos não-verbais, jogo simbólico e apresentarem interesses e comportamentos restritos e repetitivos.

Os prejuízos na comunicação inicial

As crianças autistas apresentam algumas dificuldades iniciais em seu desenvolvimento desde uma época muito precoce em suas vidas, marcadas principalmente, em sua comunicação inicial. Osterling & Dawson (1994) compararam vídeos familiares de crianças com desenvolvimento típico e crianças autistas, todas em seu primeiro aniversário, para averiguar estas diferenças. Segundo as autoras, realmente há diferenças, principalmente no que diz respeito a quatro comportamentos. Seriam eles: as crianças autistas não olham para a face dos outros, não apresentam orientação para o seu nome, ou seja, ao serem

chamadas pelo nome, não olham, vocalizam ou atendem a quem está chamando, não mostram objetos aos outros e não apresentam o gesto de apontar. As pesquisadoras enfatizam ainda que estas diferenças podem ser identificadas já no primeiro ano de vida e afirmam que os prejuízos no uso do contato ocular por parte da criança é um dos melhores preditores para um diagnóstico posterior de autismo infantil, aliado à observação dos comportamentos de atenção compartilhada e orientação para fala.

Adrien, Lenoir, Martineau, Perrot, Hameury, Larmande & Sauvage (1993) fizeram um estudo semelhante usando também vídeos caseiros para suas observações e averiguaram que, nos dois primeiros anos de vida, crianças, posteriormente diagnosticadas como autistas, apresentaram cinco tipos de anormalidades: contato ocular anormal, distúrbios emocionais, pobreza na interação social, distúrbios posturais e comportamentos atípicos. Antes de um ano de vida, estas crianças apresentavam pobre interação social, falta de sorriso responsivo, falta de expressões faciais apropriadas, hipotonia e atenção instável. Já após o primeiro ano, além destas características, mais oito foram identificadas: a criança ignora as pessoas, prefere ficar sozinha e não faz contato ocular, apresenta falta de gestos apropriados e/ou posturas expressivas, posturas não usuais, hipoatividade e não apresenta expressão de emoções.

Disto decorre que, para os autores, os sinais clássicos para um posterior diagnóstico de autismo infantil já estão presentes nos primeiros meses de vida, não desaparecendo ao longo do tempo, mas sim se apresentando muito mais manifestos no segundo ano de vida, o que para eles, é um aviso de que existe um contínuo no transtorno, que gera dificuldades em todo o desenvolvimento destas crianças.

Klinger & Dawson (1992) definem para a identificação precoce de crianças autistas os seguintes comportamentos: a criança autista apresenta dificuldades na área da comunicação social, desenvolvimento atrasado na atenção ao estímulo social e apresenta distúrbios no contato ocular, imitação motora, atenção compartilhada e comunicação afetiva. Todavia, crianças autistas apresentam reação auditiva, ainda que aparentem não estar reagindo a alguns estímulos sonoros.

Em suma, é a partir destas dificuldades na comunicação inicial que o transtorno ao longo do tempo acaba ocasionando um grande desvio em relação ao

desenvolvimento típico. Isto porque, devido a esta falha na comunicação inicial, o bebê não manifesta intenções e sentimentos, prejudicando ainda mais as trocas sociais e afetivas com sua mãe. Por sua vez, a mãe, ao não perceber intenções e sentimentos de seu bebê, tem suas interações com ele prejudicadas. Além disso, esta falta de comunicação inicial faz com que a criança não atenda às demandas da mãe, que passa também a não se envolver efetivamente em trocas sociais e afetivas com este bebê. Este distanciamento faz com que o bebê procure menos interações ainda, aumentando, pois, seu isolamento e agravando o desvio em seu desenvolvimento. Klinger & Dawson (1992) lembram que, devido ao fato das crianças autistas não expressarem suas emoções de um jeito comunicativo, suas mães sorriem menos durante as interações com as suas crianças, se comparado às mães que têm filhos com desenvolvimento típico, e também têm menos probabilidade de sorrirem em resposta ao sorriso do filho, o que contribui ainda mais para que o desenvolvimento destas crianças tome outra trajetória.

Assim, é necessário perceber que o prejuízo no desenvolvimento da comunicação inicial, ainda na fase da intersubjetividade primária, é a base para que os sintomas secundários do transtorno autista se desenvolvam, levando ao não desenvolvimento da atenção compartilhada.

As falhas na atenção compartilhada

Tomasello (2003) acredita que o que afeta o desenvolvimento das crianças autistas é o fato de elas, por razões biológicas, não apresentarem algumas habilidades sociocognitivas que lhes permitem perceber os outros como seres intencionais, ou seja, não desenvolverem a atenção compartilhada.

O fato de estas crianças não terem esta compreensão, as impede de se identificarem com as pessoas, não conseguindo, pois, se envolverem em episódios de aprendizagem cultural, afetando todo seu desenvolvimento posterior e o desenvolvimento da fala. Afinal de contas, a fala, em primeiro lugar, se compõe de símbolos que são socialmente compartilhados por pessoas de um mesmo grupo social. Daí, a dificuldade das crianças autistas usarem a fala com o intuito de se comunicar, visto que, por elas não se identificarem com os outros membros de seu grupo social, não conseguem compreender as intenções comunicativas deles, não conseguindo se envolver em trocas efetivas, tornando a fala sem sentido para elas.

Por isso, a criança autista apresenta prejuízos principalmente no uso pragmático da linguagem e nem sempre em outras áreas.

Os marcadores mais importantes contidos no CHAT para um futuro diagnóstico de autismo infantil seriam o apontar declarativo e o jogo simbólico. Tais comportamentos se relacionam com os prejuízos que as crianças autistas possuem em perceber as pessoas como seres psicológicos. Em primeiro lugar, o jogo simbólico só pode se desenvolver quando a criança é capaz de extrair as intenções, os papéis (para que servem) dos objetos concretos para utilizá-las em seus brinquedos. E isto só é possível quando ela consegue compreender e adotar as intenções do adulto quando eles usam estes objetos. Mas, se ela não compreende as intenções dos adultos, ela não consegue fazer esta abstração, que é o que lhe permite se afastar de suas ações sensório-motoras diretas para poder simbolicamente representar que um brinquedo, por exemplo, pode assumir o mesmo objetivo/papel desempenhado por um objeto de verdade. Isto é o jogo simbólico que se encontra bastante prejudicado no autismo.

Crianças autistas, portanto, ao não perceberem que os adultos são seres intencionais, não conseguem desenvolver sua capacidade simbólica, o que as torna também excluídas de seu próprio meio social, sem conseguirem usufruir de suas crenças, ideais e símbolos. É devido a esta dificuldade na simbolização que as crianças autistas desenvolvem comportamentos repetitivos e têm interesses restritos, o que acaba por limitar ainda mais a possibilidade de desenvolvimento de outros modos de interagir com o seu ambiente.

Para Tomasello (2003), os gestos declarativos, como o apontar declarativo, indicam a verdadeira compreensão por parte da criança de que o outro também é um ser intencional, visto que ela apenas deseja compartilhar a atenção com ele, compreendendo-o como um ser psicológico. Por isso, as crianças autistas apresentam grandes dificuldades em desenvolvê-los, embora possam também apresentar dificuldades na produção dos gestos imperativos. Isto porque, o que geralmente ocorre, é que as crianças autistas podem aprender associativamente que seus gestos, como apontar para um objeto, podem levar os adultos a ajudarem-na a obter certas recompensas, sem, contudo, perceberem a intenção dos adultos. Nestes casos, sua preocupação é com o objeto em si e não em compreender o papel da outra pessoa.

As falhas no desenvolvimento da atenção compartilhada podem levar a criança autista a não desenvolver uma comunicação intencional. Deste modo, ela não conseguiria passar de uma comunicação pré-lingüística para uma comunicação lingüística, afetando, portanto, todo o seu desenvolvimento. Warren & Yoder (1998) afirmam que esta transição é fundamental para que a criança participe efetivamente das interações sociais, que podem alavancar todo o resto de seu desenvolvimento, que culmina com o aparecimento da comunicação simbólica. Já para Wetherby, Schuler & Prizant (1997), a competência comunicativa, que inclui o aparecimento da intencionalidade, é um fator primordial para que as crianças autistas desenvolvam seus relacionamentos com os outros e possam participar de atividades sociais, como freqüentar a escola, por exemplo, já que, por não desenvolverem meios mais convencionais de comunicação, acabam por se expressarem através de comportamentos desafiadores, como birras e auto-agressões, o que prejudica ainda mais sua permanência nos grupos.

Assim, os prejuízos na atenção compartilhada das crianças autistas causam um desvio severo em seu desenvolvimento, trazendo profundas dificuldades em suas interações sociais, na comunicação e no entendimento do mundo social em que vivem. Contudo, embora se apresentem como dificuldades iniciais, é possível que, com uma intervenção adequada, estas crianças possam obter ajuda para desenvolvê-la e com ela, todo o resto de seu desenvolvimento, como será visto a seguir.